



MINISTÉRIO DA DEFESA

SECRETARIA GERAL

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO

PROJETO BÁSICO Nº 11/ 2022 - SEADM-PV

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de controle de pragas, desinsetização, desratização e desformigação, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam, conforme especificações, condições e documentos anexos, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATSER	OBJETO	UND	QUANTIDADE DE APLICAÇÃO ANUAL	ÁREA ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
1	3417	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de controle de pragas, desinsetização, desratização e desformigação, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam, sendo a área total de 11.625 m ² .	SV	4	11.625m ²	R\$ 1.790,0

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de controle de pragas, desinsetização, desratização e desformigação, com fornecimento de material, de acordo com o especificado pelo código CATSER nº 3417 (desinsetização, desratização, dedetização), verificado na ferramenta de busca CATMAT/CATSER do sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.3. O quantitativo e respectivo código do item são os discriminados na tabela acima.

1.4. A contratação será de acordo com a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, previsto no Inciso II, Art. 24 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. O critério de julgamento da proposta é o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1.5. O prazo de vigência do Termo do Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, com base no artigo 57, II da Lei 8.666/93.

1.6. Ao valor da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguros e outros eventualmente necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços objeto deste Projeto Básico visa impedir, de modo integrado e utilizando métodos eficazes, que vetores e pragas urbanas, tais como roedores, aracnídeos, insetos voadores e rasteiros, entre outros animais sinantrópicos, se instalem ou se reproduzam no ambiente e dependências do CR-PV, de forma a preservar a saúde do público interno e externo usuário das dependências deste Centro Regional, além de conservar o patrimônio da Instituição, em conformidade com a Resolução RDC nº 52/2009/ANVISA, que dispõe sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;

2.2. A ausência dos serviços em tela pode tornar insalubre o ambiente das dependências do Centro Regional de Porto Velho - RO, causar agravos à saúde dos usuários da Instituição, além de prejuízos econômicos ou ainda propiciar a disseminação de doenças e infecções, tais como dengue, febre amarela, etc.;

2.3. O objetivo da presente contratação é o fornecimento de um serviço especializado, de boa qualidade, com intervenções bem planejadas e realizadas dentro dos parâmetros de qualidade exigidos por este Centro Regional, de forma a conservar todas as funcionalidades das instalações físicas do Centro e a manutenção de um ambiente saudável livre de pragas e doenças.

2.4. Cabe, ainda, ressaltar que os serviços ora pretendidos não estão compreendidos no escopo de nenhum outro Termo do Contrato da Instituição.

2.5. O objeto a ser licitado, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada sob demanda, e terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do instrumento legal, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2.6. Os serviços são considerados "comuns", pois enquadram-se na classificação nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 "Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Projeto Básico.

3.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Termo do Contrato.

3.3. A contratação pretendida abrange a prestação de serviços – de natureza continuada – de controle sanitário integrado no combate a vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização e desratização em todas as áreas internas e externas do Centro Regional de Porto Velho - RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento. A Contratada deverá executar os serviços – em consonância com o objeto em epígrafe – em

4 (quatro) aplicações, mantendo um intervalo de 3 (três) meses entre uma aplicação e outra. As aplicações deverão ser realizadas em toda as áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam, sendo a área total de 11.625 m².

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de natureza continuada, sob demanda, a ser contratado mediante dispensa de licitação, diante do determinado no Inciso II, Art. 24 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Trata-se de serviços de natureza continuada, sob demanda, sem fornecimento de mão de obra, que serão executados em 4 (quatro) aplicações com intervalo de 3 (três) meses entre uma e outra;

5.2. A duração do termo de contrato, que será formalizado entre Contratante e Contratada, será de 12 (doze) meses, com vistas a garantir a execução das quatro aplicações de acordo com o estipulado no presente Projeto Básico;

5.3. A Contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, utilização de equipamentos, no fornecimento de materiais e orientações aos colaboradores, em conformidade com a legislação em vigor;

5.3.1. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos químicos utilizados no combate e prevenção das pragas, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme: art. 33, inciso I da lei nº 12.305/2010; art. 53 do Decreto nº 4.074/2002 e demais dispositivos legais pertinentes;

5.3.2. Caberá à Contratada executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;

5.3.3. Os produtos utilizados deverão ter as seguintes características: não causar manchas; ser antialérgicos; tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos de aplicação; ser inofensivos à saúde humana; estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria SNVS nº 10/1985 e suas atualizações; aqueles aplicados nos espelhos d'água para combate às larvas de moscas não deverão ser nocivos às plantas e peixes; não danificar ou causar morte de plantas de canteiros, árvores e gramados;

5.3.4. Os produtos utilizados, além de obedecerem às exigências prescritas nos itens anteriores, deverão ser devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente;

5.3.5. A Contratada deverá fornecer aos seus profissionais os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial, pelo que consta na Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego;

5.4. Declaração do Fornecedor de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços objeto do presente Projeto Básico;

5.5. O prazo de vigência do Termo do Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, com base no artigo 57, II da Lei 8.666/93.

5.6. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A contratação requer que a Contratante exerça práticas de sustentabilidade previstas no Projeto Básico, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - Agosto/2021 - 4ª edição.

6.2. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, atendendo às boas práticas de responsabilidade ambiental, adotadas pela Contratante.

6.3. A Contratada precisa fazer uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados, que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

6.4. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

6.5. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruídos no seu funcionamento.

6.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários a execução dos serviços.

6.7. Os materiais básicos empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

6.8. A qualquer tempo, a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outro, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

6.9. A Contratada deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como, das boas práticas de responsabilidade ambiental.

6.10. Efetuar o recolhimento do produto ou embalagem oriundos da prestação dos serviços, para fins de destinação final ambientalmente adequada.

6.11. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela CONAMA.

6.12. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto 48.138, de 08 de outubro de 2003.

6.13. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes.

6.14. A fiscalização poderá solicitar a qualquer tempo, a comprovação do descarte adequado dos materiais sob pena da aplicação de sanções.

6.15. Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia quantos às precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais na execução dos serviços.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1. Os serviços que tratam o presente Projeto Básico deverão ser executados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, devendo a empresa contratada fornecer os insumos e equipamentos necessários a execução do serviço.
- 7.1.2. Os serviços nos veículos do CENSIPAM-CRPV, objeto deste Projeto Básico, serão executados **somente sob demanda**, de acordo com as necessidades deste Centro Regional, não constituindo qualquer obrigação por parte do CENSIPAM-CRPV em utilizar-se integralmente dos valores anuais dos serviços contratados.
- 7.1.3. Contratada deverá dispor de profissionais aptos e capacitados para atender integralmente à necessidade da presente contratação;
- 7.1.4. Os colaboradores da Contratada deverão utilizar, durante todo o período de execução dos serviços nas dependências do CR-PV, uniformes e crachás de identificação com nome do colaborador e da empresa contratada;
- 7.1.5. Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer colaborador cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento da execução dos serviços, providenciando imediata substituição;
- 7.1.6. A Contratada deverá executar os serviços que lhe compete, de acordo com o disposto no presente Projeto Básico, em datas e horários a serem previamente estabelecidos pela Administração da Contratante. Excepcionalmente e a critério da Gerência do CR-PV, as datas e horários de execução dos serviços poderão ser alteradas, observada a necessidade do interesse público, fatos supervenientes ou motivo de força maior;
- 7.1.7. Caberá à Contratada o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos e insumos necessários e suficientes à eficiente execução dos serviços objeto da presente contratação;
- 7.1.8. Todo material, insumos, produtos e demais apontamentos discurridos no subitem anterior, que serão utilizados na execução do objeto, deverão ser novos e de boa qualidade, cabendo a substituição daqueles que não atendam tais exigências;
- 7.1.9. Após conclusão dos serviços necessários ao integral cumprimento do objeto da presente contratação, a Contratada deverá entregar o local limpo e devidamente livre de lixo, entulho, detritos, poeira, sujeira e outros elementos nocivos que possam se espalhar pelas dependências do CR-PV, o que poderia ocasionar eventuais transtornos no desenvolvimento das demais atividades pertinentes ao CR-PV, impactando direta e indiretamente na mobilidade, saúde, segurança e integridade dos usuários das dependências deste Centro Regional.
- 7.1.10. Observar, durante a prestação dos serviços, as Normas e Legislação discurridas no item 5 do presente Projeto Básico, bem como suas alterações e outros dispositivos legais pertinentes.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá dispor dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e com qualidade.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e no Termo do Contrato.
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.
- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como, nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Termo do Contrato.
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 9.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Instrumento.
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Termo do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, no prazo de até 1 (um) dia útil.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como, por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida nesse Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Termo do Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

- 10.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Termo do Contrato.
- 10.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 10.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.15. Manter durante toda a vigência do Termo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.16. Cumprir, durante todo o período de execução do Termo do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como, as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo do Contrato.
- 10.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como, os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 10.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 10.21. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.
- 10.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do Termo do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 10.22. Sempre que possível, utilizar produtos que sejam biodegradáveis, principalmente os do ramo da higiene e limpeza (por exemplo: adquirir saneantes feitos à base de substâncias tensoativas biodegradáveis, que são decompostas por microrganismos).
- 10.23. Instruir seus empregados e contratados a tratar os funcionários da Administração com urbanidade e respeito.
- 10.24. Exercer práticas de sustentabilidades tais como: treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- 10.25. Informar a Contratante quaisquer danos causados a quaisquer de seus bens.
- 10.26. Responsabilizar-se pelos prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, inclusive danos à integridade física das pessoas, originados direta ou indiretamente da execução deste Termo do Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.
- 10.27. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho e as normas de segurança e proteção do Ministério do Trabalho, fornecendo ao seu pessoal equipamento individual de segurança, orientando e fiscalizando o uso, conforme determinações constantes nas normas de segurança, higiene e medicina do trabalho.
- 10.28. Não caucionar ou utilizar o Termo do Contrato para qualquer outra operação financeira, sem prévia e expressa anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual.
- 10.29. Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.
- 10.30. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos originários desta contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.
- 10.31. Comunicar imediatamente à Contratante quaisquer alterações ocorridas no endereço, conta bancária e outros julgados necessários.
- 10.32. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não terão nenhum vínculo empregatício com o CENSIPAM.
- 10.33. Fornecer à Contratante os números dos telefones fixos, celulares ou quaisquer outras formas de comunicação com os responsáveis das equipes de fiscalização.
- 10.34. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais, acessórios e avarias causadas por seus empregados ou preposto à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com a art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- 10.35. Todo e qualquer assunto relativo à execução do Termo do Contrato somente poderá ser tratado e negociado com o Fiscal do Contrato, sem que haja ingerência de terceiros não credenciados para tal fim.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Termo do Contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

- 13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 13.4. A fiscalização do Termo do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Termo do Contrato.
- 13.9. A fiscalização técnica do Termo do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto.
- 13.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 13.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 13.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 13.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 13.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Projeto Básico.
- 13.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 13.16.1. acompanhar o serviço contratado e atestar as notas fiscais;
- 13.16.2. realizar contatos diretos com a Contratada;
- 13.16.3. apurar eventuais faltas da Contratada que possam gerar a aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico e seus anexos;
- 13.16.4. realizar gestão para sanar casos omissos, na sua esfera de atuação, submetendo à autoridade superior as questões controversas decorrentes da execução do Termo do Contrato, com o objetivo de solucioná-las, preferencialmente, no âmbito administrativo;
- 13.16.5. comunicar formalmente à Contratada qualquer ocorrência, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;
- 13.16.6. receber as alegações de defesa da Contratada, previstas no presente Projeto Básico e no Termo do Contrato;
- 13.16.7. analisar as alegações de defesa, visando a legalidade, razoabilidade e proporcionalidade do processo; e
- 13.16.8. outras medidas necessárias ao fiel cumprimento do Termo do Contrato e de acordo com a legislação pertinente.
- 13.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice C, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 14.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 14.3.1. Por serviço em cada carro devidamente executado, conforme especificações do Projeto Básico, e com a devida aprovação da fiscalização.
- 14.3.2. A aferição/medição do serviço será realizada mediante a avaliação e aplicação do Instrumento de Medição do Resultado (IMR), Apêndice C, deste Instrumento.
- 14.3.3. Os serviços deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho descritos no Projeto Básico.
- 14.3.4. O cumprimento de todas as condições e obrigações estabelecidas para a Contratada deverá ser aferido pelo gestor da execução contratual e pelos fiscais designados pela Contratante, de modo a garantir a observância das Normas e Legislações Brasileiras em vigor.
- 14.3.5. O monitoramento da execução consistirá: da conferência *in loco* da qualidade/quantidade dos serviços descritos neste Projeto Básico para fins de encaminhamento para pagamento, a cargo do Gestor, do Fiscal Administrativo e do Fiscal Técnico do Contrato.
- 14.3.6. Os critérios de avaliação e medição da qualidade da prestação dos serviços e, consequentemente, as faixas de ajuste do pagamento estão estabelecidos no Instrumento de Medição do Resultado (IMR), Apêndice C.
- 14.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 14.4.1. não produziu os resultados acordados;
- 14.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e
- 14.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.6. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

14.7. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.7.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.7.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

14.7.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.7.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do Contrato.

14.7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Termo do Contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do Termo do Contrato para recebimento definitivo.

14.7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.7.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Termo do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

14.8.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

14.8.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.8.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

14.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo do Contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Termo do Contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

15.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

15.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Unidade de Protocolo do Censipam.

15.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura na Unidade de Protocolo do Censipam, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5. o setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.5.1. o prazo de validade;

15.5.2. a data da emissão;

15.5.3. os dados do Termo do Contrato e do órgão contratante;

15.5.4. o período de prestação dos serviços;

15.5.5. o valor a pagar; e

15.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Projeto Básico.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como, quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Termo do Contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13. Será rescindido o Termo do Contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

15.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100) / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------	--

16. REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou de outro índice que passe a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

17.1.1. Ao avaliar a complexidade do objeto, conclui-se que não é necessária a exigência de garantia da execução, pois o objeto será executado conforme demandado e somente será pago ao fornecedor quando for devidamente executado e aceito pela equipe de fiscalização; e

17.1.2. O Termo do Contrato envolve a execução de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- falhar na execução do Termo do Contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do Termo do Contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo do Contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. **Multa:**

18.2.2.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

18.2.2.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Termo de Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar** no âmbito do CENSIPAM e todas as unidades abarcadas pelo Ministério da Defesa (MD), por até 2 (dois) anos;

18.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 18.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Projeto Básico.

18.4. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

Grau	Correspondência
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do Termo do Contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Termo do Contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Termo do Contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Termo do Contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Termo do Contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
7	Indicar e manter durante a execução do Termo do Contrato os prepostos previstos no Projeto Básico/Termo do Contrato.	01

18.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6.2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação; e

18.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na Unidade Administrativa.

18.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

19.1. O critério de julgamento da proposta é o Menor Preço Global, a partir da apreciação, por parte da Equipe de Planejamento da Contratação, das propostas comerciais e das especificações técnicas do objeto.

20. **ESTIMATIVA DO PREÇO**

20.1. O custo mensal estimado da contratação é de **R\$ 1.790,00 (um mil setecentos e noventa reais)**. O custo anual estimado da contratação é de **R\$ 7.160,00 (sete mil cento e sessenta reais)**.

21. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

21.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da Dotação Orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação orçamentária:

- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c. Fonte: 100
- d. Plano Orçamentário (PO): 0007 – Funcionamento e Manutenção do Censipam
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640
- f. Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de controle de pragas, desinsetização, desratização e desformigação, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam	33.90.39.78 - Limpeza e Conservação

g. Código do Sistema PTA/2022:248/22 – Dedetização, desinsetização e desratização - CR-PV.

- 22. **ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**
- 22.1. Apêndice A: Estudo Técnico Preliminar da Contratação
- 22.2. Apêndice B: Modelo de Declaração de conhecimento das condições e peculiaridades
- 22.3. Apêndice C: Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Porto Velho, 21 de julho de 2022.

LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO
Integrante Requisitante

JOSÉ ONALDO DE SOUZA JUNIOR
Integrante Técnico

SÉRGIO LUIZ MARQUES FRAGA
Integrante Administrativo

De acordo com a presente contratação.

ROSEVAL SERRADO LEITE
Gerente do Centro Regional de Porto Velho

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

Aprovo este Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso I e §9º, da Lei nº 8.666/93.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças

APÊNDICE A

Estudo Técnico Preliminar da Contratação

1. Informações Básicas

Número do processo: 60093.000191/2022-63

2. Objeto

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de controle de pragas, desinsetização, desratização e desformigação, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam., conforme especificações, condições e documentos anexos ao Projeto Básico.

3. Descrição da necessidade

- 3.1. A contratação dos serviços objeto do Projeto Básico visa impedir, de modo integrado e utilizando métodos eficazes, que vetores e pragas urbanas, tais como roedores, aracnídeos, insetos voadores e rasteiros, entre outros animais sinantrópicos, se instalem ou se reproduzam no ambiente e dependências do CRPV, de forma a preservar a saúde do público interno e externo, usuário das dependências deste Centro regional, além de conservar o patrimônio da Instituição, em conformidade com a Resolução RDC nº 52/2009/ANVISA, que dispõe sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
- 3.2. A ausência dos serviços em tela pode tornar insalubre o ambiente das dependências do CR-PV, causar agravos à saúde dos usuários da Instituição, além de prejuízos econômicos ou ainda propiciar a disseminação de doenças e infecções, tais como dengue, febre amarela, etc.;
- 3.3. O objetivo da presente contratação é o fornecimento de um serviço especializado, de boa qualidade, com intervenções bem planejadas e realizadas dentro dos parâmetros de qualidade exigidos por este Centro Regional, de forma a conservar todas as funcionalidades das instalações físicas do Campus e a manutenção de um ambiente saudável livre de pragas e doenças.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEADM-PV	Luan Gouvêa Alves Estácio

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 5.1. Trata-se de serviços de natureza continuada, sem fornecimento de mão de obra, que serão executados em 4 (quatro) aplicações com intervalo de 3 (três) meses entre uma e outra;
- 5.2. A duração do termo de contrato, que será formalizado entre Contratante e Contratada, será de 12 (doze) meses, com vistas a garantir a execução das quatro aplicações de acordo com o estipulado no Projeto Básico;
- 5.3. A Contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, utilização de equipamentos, no fornecimento de materiais e orientações aos colaboradores, em conformidade com a legislação em vigor;
- 5.3.1. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos químicos utilizados no combate e prevenção das pragas, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme: art. 33, inciso I da lei nº 12.305/2010; art. 53 do Decreto nº 4.074/2002 e demais dispositivos legais pertinentes;
- 5.3.2. Caberá à Contratada executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
- 5.3.3. Os produtos utilizados deverão ter as seguintes características: não causar manchas; ser antialérgicos; tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos de aplicação; ser inofensivos à saúde humana; estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria SNVS nº 10/1985 e suas atualizações; aqueles aplicados nos espelhos d'água para combate às larvas de moscas não deverão ser nocivos às plantas e peixes; não danificar ou causar morte de plantas de canteiros, árvores e gramados;
- 5.3.4. Os produtos utilizados, além de obedecerem às exigências prescritas nos itens anteriores, deverão ser devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente;
- 5.3.5. A Contratada deverá fornecer aos seus profissionais os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial, pelo que consta na Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 5.4. Declaração do Fornecedor de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços objeto do Projeto Básico.
- 5.5. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Projeto Básico.

6. Levantamento de Mercado

- 6.1. O levantamento de mercado será embasado de acordo com a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, de acordo com os parâmetros a seguir dispostos:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do Instrumento Convocatório, contendo a data e a hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do Instrumento Convocatório;

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A contratação pretendida abrange a prestação de serviços – de natureza continuada – de controle sanitário integrado no combate a vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização e desformigação em todas as áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento.

7.2. A Contratada deverá executar os serviços – em consonância com o objeto em epígrafe – em 4 (quatro) aplicações, mantendo um intervalo de 3 (três) meses entre uma aplicação e outra. As aplicações deverão ser realizadas em toda as áreas internas e externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam, considerando – outrossim – os pisos inferiores e superiores do prédio principal.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	OBJETO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de controle de pragas, desinsetização, desratização e desformigação, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam., conforme especificações, condições e documentos anexos ao Projeto Básico	SV	4	1.790,00	7.160,00	14.320,00
TOTAL					7.160,00	14.320,00

8.1. Os serviços compreenderão um total de 4 (quatro) aplicações, feitas por demanda, quando solicitado.

8.2. A demanda do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia no Centro Regional Porto Velho tem como base as seguintes características: tem 04 (quatro) Prédios conforme descrição abaixo:

8.2.1. Prédio Principal: Centro Regional CR/PV, 1º, 2º e 3º andar. Total de área construída 9.178,00 m²

Prédio 02: Almoxarifado - Total de área construída: 765,00 m²

Prédio 03: Apoio a Terceiro- CR/PV total de área construída: 765,00 m²

Prédio 04: (KF'KM)- CR/PV total de área construída: 917,00m²

Total de área construída: 11.625,00m².

9. Estimativa do Valor da Contratação

VALOR (R\$): 14.320,00,00

9.1. O custo da presente contratação é de R\$ 7.160,00 (sete mil, cento e sessenta reais) valor anual e R\$ 14.320,00 (catorze mil, trezentos e vinte reais) valor global, sendo este o menor preço obtido entre seis orçamentos, conforme o Mapa Comparativo de Preços (5260248) e a Análise Crítica da pesquisa de Preços (5262664).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Ainda que seja regra do parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda da economia de escala.

10.2 O objeto pretendido é único - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de controle de pragas, desinsetização, desratização e desformigação, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam., conforme especificações, condições e documentos anexos ao Projeto Básico.

10.3 Assim, o objeto proposto não configura-se fracionável ou executável em etapas.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não há.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação encontra-se alinhada com o Plano Anual de Contratações deste órgão que encontra respaldo institucional conforme previsão no Planejamento Estratégico do Censipam - 2022-2023, constando no Objetivo Estratégico - OE4 - Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura e alinhado com o Plano de Trabalho Anual - PTA/2022, sob a seguinte classificação orçamentária:

- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia

- c. Fonte: 100
- d. Plano Orçamentário (PO): 0007 – Funcionamento e Manutenção do Censipam
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640
- f. Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de controle de pragas, desinsetização, desratização e desformigação, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam, sendo a área total de 11.625 m ² .	33.90.39.78 - Limpeza e Conservação

g. Código do Sistema PTA/2022:248/22 – Controle de Pragas: Dedetização, desinsetização e desratização - CR-PV.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Não há providências a serem tomadas pelos CRPV, uma vez que a empresa a ser Contratada será responsável pela prestação de serviços, sob demanda, de controle de pragas, desinsetização, desratização e nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam.

15. Possíveis Impactos Ambientais

- 15.1 A contratação requer que a Contratante exerça práticas de sustentabilidade previstas no Projeto Básico, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - Agosto/2021 - 4ª edição.
- 15.2 Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo as boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante;
- 15.3 A contratada use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 15.4 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- 15.5 Observe a Resolução CONAMA Nº, de 7 de dezembro de 1994, quando aos equipamentos de limpeza que gerem ruídos no seu funcionamento;
- 15.6 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- 15.7 Os materiais básicos empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;
- 15.8 A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outro, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais;
- 15.9 A Contratada deverá instruir os seus empregados quando à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das boas práticas de responsabilidade ambiental;
- 15.10 Efetuar o recolhimento do produto ou embalagem oriundos da prestação dos serviços, para fins de destinação final ambientalmente adequada.
- 15.11 Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela CONAMA.
- 15.12 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto 48.138, de 08 de 08 de outubro de 2003.
- 15.13 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes.
- 15.14 A fiscalização poderá solicitar a qualquer tempo a comprovação do descarte adequado dos materiais sob pena da aplicação de sanções.
- 15.15 Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia quantos às precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais na execução dos serviços.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida nos estudos preliminares, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME a contratação mostra-se viável em termo de disponibilidade de mercado, forma de prestação dos serviços, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação no formato indicado.

17. Responsáveis

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 3382, DE 20 DE JUNHO DE 2022

LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO

Assessor

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 3382, DE 20 DE JUNHO DE 2022

JOSÉ ONALDO DE SOUZA JUNIOR
Assessor

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 3382, DE 20 DE JUNHO DE 2022

SERGIO LUIZ MARQUES FRAGA
Assessor

APÊNDICE B**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES**

Declaramos conhecer as condições e peculiaridades do Projeto Básico nº09/2022, cujo objeto é de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de controle de pragas, desinsetização, desratização e desformigação, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto do Centro Regional de Porto Velho do Censipam., conforme especificações, condições e documentos anexos ao Projeto Básico.

Empresa: _____

C.N.P.J.(MF): _____ Telefone: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Responsável Técnico: _____

Porto Velho - RO, _____ de _____ de 2022.

Responsável Técnico da Empresa**APÊNDICE C****MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

Indicador	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a qualidade e eficácia dos serviços abrangidos pelo Termo do Contrato e essenciais para o cumprimento do objeto pela Contratada. Objetivando estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados pela Contratada.
Meta a cumprir	Mensal/Demanda, conforme obrigações contratuais.
Instrumento de medição	Cálculo de Índice de Desempenho Mensal na avaliação devem ser atribuídos ao formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Regular” e “Ruim”, equivalentes e respectivo aos valores: 100, 90, 80 e 50 para cada item avaliado. 1. Ótimo - O 2. Bom - B 3. Regular - RE 4. Ruim – R

Forma de acompanhamento	Inspeções “in loco” e documentos exigidos no Termo do Contrato.				
Periodicidade	Demanda				
Mecanismo de Cálculo	Apuração mensal da quantidade de ocorrências para determinação do Índice de Desempenho.				
Início de Vigência	Data da assinatura do Termo do Contrato.				
Faixas de Ajustes no Pagamento – Nota Obtida	Penalidade a Ser Aplicada				
Para resultado entre 80 a 100	Pagamento de 100% da Nota Fiscal ou Fatura				
Para resultado entre 60 a 79	Pagamento de 90% da Nota Fiscal ou Fatura				
Para resultado abaixo de 60	Pagamento de 80% da Nota Fiscal ou Fatura				

Legenda:	O = Ótimo	B = Bom	RE = Regular	R = Ruim	NP = N
Descrição	Itens Avaliados - Serviços/Procedimentos				C
Ordem de Serviço	1	EXECUTAR os serviços conforme especificações do Projeto Básico, de acordo com os quantitativos contratados			
	2	CUMPRIR o prazo estipulado no Projeto Básico para realização dos serviços			
	3	VERIFICAR a qualidade geral da prestação dos serviços, assim como a qualidade dos materiais utilizados			
	4	UTILIZAR os equipamentos de Proteção Individual – EPI na execução dos serviços			

Quantidade de Itens Avaliados = X			
Conceitos	Quantidade (A)	Equivalência (E)	Pontos Obtidos (Y) (Y= A ÷ E)
Quantidade de Ótimo =		x 100 (Ótimo)	
Quantidade de Bom =		x 90 (Bom)	
Quantidade de Regular =		x 85(Regular)	
Quantidade de Ruim =		x 50 (Ruim)	
Total			

Nota Final	
------------	--

A nota Nota Final será obtida mediante o resultado da somatória total dos pontos obtidos (Y) dividido pelo número de Itens Avaliados (X).

$$N = \frac{\sum y}{x}$$

Faixa de Ajuste para Pagamento da Fatura Mensal	
100% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultado entre 80 a 100.

95% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultado entre 60 a 79 .
80% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultado entre 51 a 69 .
70% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultado abaixo de 69 .

Para resultados abaixo de 69, a Contratada além do desconto previsto na Faixa de Ajuste de Pagamento ficará sujeitas às sanções devidas por descumprimento contratual previsto no item 19 - Das Sanções Administrativas, do Projeto Básico.

Local: Porto Velho – RO

Fatura: _____

Data: / /2022

Fiscal do Termo do Contrato: _____

Matrícula:

Fiscal do Termo do Contrato

Portaria nº _____/DIRAF/MD

CENSIPAM/CRPV



Documento assinado eletronicamente por **LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO, Assessor(a)**, em 21/07/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Onaldo de Souza Júnior, Assessor(a)**, em 21/07/2022, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Luiz Marques Fraga, Assessor(a)**, em 21/07/2022, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Roseval Serrado Leite, Gerente do Centro Regional**, em 21/07/2022, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 24/08/2022, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5341244** e o código CRC **A299ADC7**.